

Estados começam a pagar suas dívidas

Os secretários de Fazenda de dez estados assinaram ontem os termos de compromisso para o refinanciamento, por 20 anos, de suas dívidas com os bancos federais. Ontem mesmo, esses estados pagaram cerca de 38 milhões de dólares à Caixa Econômica Federal (CEF) e dez milhões de dólares ao BNDES, restabelecendo pagamentos que não eram feitos há vários anos. "A assinatura desses contratos inaugura um novo momento no relacionamento entre União e estados e municípios", discursou, no início da cerimônia, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

CORREIO BRAZIL'ENSE

Gomes, que, na véspera, haviam prometido comparecer e tiveram suas presenças anunciada pelo secretário Clóvis Carvalho. Também não apareceu, conforme estava previsto, o representante do governo de Pernambuco. Por parte do governo do Rio de Janeiro assinou o termo de compromisso o secretário da Fazenda, Cibília Viana.

Fernando Henrique disse, na solenidade, que se formou na sociedade uma imagem distorcida dos governos estaduais. "Houve um esforço muito grande de saneamento das finanças públicas por parte dos estados", elogiou, citando os casos de Piauí e Minas Gerais.

Negociador da rolagem por parte do Governo, o secretário-executivo da Fazenda, Clóvis Carvalho, disse que o refinanciamento permitirá a retomada dos fluxos financeiros entre a União e os estados. Ele lembrou que a maior parte da dívida de 20,6 bilhões de dólares, acumulada nas duas úl-

timas décadas, é "inadequada" à capacidade de pagamento dos estados. Do total, dois bilhões de dólares estavam vencidos.

O secretário destacou que, a partir de agora, os estados não terão mais como dar um calote no Governo porque a União disporá de garantias reais — a retenção dos fundos de participação e a apropriação de receitas próprias, como o ICMS. Com a assinatura dos termos de compromisso, os estados, por sua vez, poderão negociar a concessão de novos avais do Tesouro Nacional e empréstimos externos.

A equipe econômica espera conseguir, até o final deste mês, a adesão dos outros estados aos contratos provisórios de rolagem. Os contratos definitivos só serão assinados após a aprovação da lei de rolagem pelo Congresso. A dívida mobiliária (em títulos), estimada em 13,1 bilhões de dólares, será refinanciada pelo Banco Central em até 90 dias após a aprovação da lei.

25 AGO 1993